

**AO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM-RS**

Ref. 01/2023

**R DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS SOB  
MEDIDA LTDA**, inscrita no CNPJ n 049160970001-38, com sede  
na Rua São Paulo, 101, Bairro Centro, Campo Bom-RS , vem  
apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por **TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E  
TERRAPLANAGEM LTDA** o que faz pelas razões que passa a  
expor.

**DA PRELIMINAR – DO ERRO DO RECURSO – DO NÃO RECEBIMENTO**

A empresa requerente apresentou recurso referente ao edital de licitação, na  
CONCORRÊNCIA DE PREÇOS, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a  
contratação de empresa especializada, com responsabilidade técnica, material e mão de obra  
para execução do loteamento vida nova, conforme projetos, memoriais descritivos,  
especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, conforme  
especificações do edital em anexo.

A empresa recorrida, ora peticionante, sequer se habilitou para participar do

referido edital, objeto do recurso.

Nobre Julgador, o recurso apresentado pela empresa requerente não possui como objeto o edital CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2023, portanto, requer desde já pelo seu indeferimento e arquivamento, pois é de edital diverso ao qual a empresa recorrida se habilitou.

Entretanto, pelo conteúdo do recurso apresentado, por citar a empresa recorrida e pela referência feita aos documentos, se pressupõe que a peça se refere ao edital CONCORRÊNCIA PÚBLICA – 01/2023 – Seleção de Pessoa Jurídicas para doação com encargos de imóveis do Município, o qual a empresa peticionante participa e ENCONTRA-SE HABILITADA PARA A PRÓXIMA FASE, motivo pelo qual apresenta suas contrarrazões.

#### DAS RAZÕES

#### **DO PEDIDO CONTRA À HABILITAÇÃO DESTA EMPRESA**

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, a Comissão Julgadora não pode criar novos critérios de julgamento sem observância ao disposto no edital.

No presente caso, esta empresa atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa, conforme diretrizes do edital, tendo sua habilitação ao presente.

A empresa requerente apresentou pedido de inabilitação da empresa recorrida sem fundamento e tenta induzir a erro a Comissão Julgadora, agindo de má-fé, senão vejamos.

Alega a empresa requerente que o balanço patrimonial apresentado pela empresa peticionante é do mês de dezembro. Percebe-se que a empresa recorrente teve dificuldade de interpretação do documento em questão (balanço patrimonial).

O Balanço Patrimonial é emitido com data de 31/12, não sendo possível que o saldo nesta data demonstre informações apenas de Dezembro. As informações do Balanço Patrimonial SEMPRE irão informar o saldo das contas no último dia do ano e NUNCA irão refletir informações de um determinado mês isolado ou período.

O balanço apresentado correspondente ao último exercício social (atendendo a exigência do edital), com seu fechamento e emissão em dezembro de 2022. Ou seja, a empresa requerente se apegou tão somente a data de fechamento do documento e não ao seu conteúdo.

Portanto resta impugnado argumento da empresa requerente.

Quanto ao segundo apontamento e conforme o que foi transcrito do edital na indicação de *irregularidade* "4.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário;" O edital não pede que seja entregue o documento "situação do arquivo de escrituração". Foi entregue Termo de Abertura e Encerramento e o Recibo do SPED onde diz "*considera-se autenticado o livro contábil que se refere este recibo*".

A empresa peticionante não apresentou o referido documento citado pela requerente porque não estava elencado nas exigências do edital. Ou seja, a empresa requerente está criando uma situação totalmente infundada, pois a empresa peticionante somente tem a obrigação de apresentar os documentos exigidos no edital e não aqueles que a empresa peticionante acha ser necessário.

Sendo assim, neste item, também resta impugnado o argumento da requerente.

Outrossim, por excesso de zelo, a empresa recorrida anexa aos autos o BALANÇO PATRIMONIAL DE EXERCÍCIO 2022 EMITIDO PELO SPED (SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL) e a situação do arquivo da escrituração, comprovando a sua regularidade total, mesmo os documentos não sendo exigidos no edital,

para assim tornar plena a sua habilitação, diante do recurso apresentado pela requerente, que tentou trazer uma inovação da lista de documentos.

Portanto, a manutenção da habilitação desta empresa recorrida se trata de clara observância à Legalidade.

### **DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO - RAZOABILIDADE NAS REGRAS DO EDITAL - EXCESSO DE FORMALISMO**

A finalidade da licitação, como referido é a de viabilizar a escolha da proposta mais vantajosa, o que deve ser ponderado em contraponto ao rigorismo exacerbado e preciosismos no julgamento.

No presente acaso, por excesso de zelo, argumenta-se que a empresa peticionante preencheu e atendeu a todos os pré-requisitos do edital, tendo sua habilitação deferida.

Não se pode permitir que a empresa requerente crie situações que levem ao EXCESSO DE FORMALIDADE, única e exclusivamente para que a empresa recorrida seja desclassificada por mera irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.

Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. **O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve**

**zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes.** Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #917069)

Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta é atingida com a recorrente, há grave inobservância ao princípio da **RAZOABILIDADE** e **PROPORCIONALIDADE** com a sua exclusão, conforme destaca a doutrina:

*"Os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**, que se inter-relacionam, cuidam da necessidade de o administrador aplicar medidas adequadas aos objetivos a serem alcançados. De fato, os efeitos e consequências do ato administrativo adotado devem ser proporcionais ao fim visado pela Administração, sem trazer prejuízo desnecessário aos direitos dos indivíduos envolvidos e à coletividade."* (SOUSA, Alice Ribeiro de. *Processo Administrativo do concurso público*. JHMIZUNO. p. 74)

Portanto, considerando que a empresa peticionante tende perfeitamente a qualificação técnica e dispõe habilitação jurídica conforme os objetivos lançados no edital, requer o recebimento do presente recurso e mantida a sua **HABILITAÇÃO**.

## **DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA**

A Licitação pública tem como finalidade atender um **INTERESSE PÚBLICO**, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em

estado de **IGUALDADE**, para que seja possível a obtenção da **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**.

Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio **PRINCÍPIO DA FINALIDADE**.

## **DA QUEBRA DA ISONOMIA**

Ao acatar eventual argumento do recorrente, a empresa recorrida, sem qualquer motivação ou razoabilidade, fere o **princípio da isonomia**, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

*"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)*

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário - como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que **contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade**, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.** (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)*

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não manter a habilitação da empresa peticionante.

## **DOS PEDIDOS**

**ISTO POSTO**, diante da tempestividade destas razões, requer seja julgada totalmente **IMPROCEDENTE o referido recurso**, para fins de **MANTER A DECISÃO RECORRIDA**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

**Campo Bom, 10 de março de 2023.**

---

**ADV ALINE SUZANA HELFENSTEIN**  
**OAB/RS 86.248**

---

**R DESIGN INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA**

---

**LUIZ CARLOS DALLABONA**